

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

Na garagem

Apesar do auxílio caminhoneiro oferecido pelo governo Bolsonaro desde o mês passado, lideranças da categoria não apostam em uma adesão relevante dos motoristas às manifestações bolsonaristas marcadas para o feriado de 7 de Setembro. Wallace Landim, o Chorrão, um dos principais líderes da grande paralisação de 2018 e hoje candidato a deputado federal pelo PSD, afirma que os apoiadores do presidente representam apenas uma parcela dos profissionais do ramo.

ASFALTO Plínio Dias, presidente do CNTRC (conselho de transporte rodoviário de cargas), também diz que não tem visto caminhoneiros autônomos mostrarem apoio aos atos previstos para quarta (7).

SEMÁFORO Especialistas do setor de transportes que acompanham os gestos da categoria nos últimos anos ressaltam que não é tão fácil estimar um cenário porque podem brotar reações inesperadas, como aconteceu há um ano. Após os atos de raiz golpista no feriado de 2021, caminhoneiros alinhados ao presidente tentaram interditar estradas com pautas de ataque ao STF.

PNEU Na época, também não havia apoio formal das entidades de caminhoneiros, mas os bloqueios se espalharam por vários estados no dia seguinte.

TERMÔMETRO Enfermeiros preparam manifestações em todos os estados depois da liminar do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, que suspendeu o novo piso da categoria, no domingo (4). A convocação para os atos foi definida pelo Fórum Nacional da Enfermagem, que abrange entidades como a FNE (federação dos enfermeiros).

AGULHA Os atos foram marcados para sexta (6) e devem acontecer perto de hospitais e outras instituições de saúde. O fórum pediu para se reunir com os presidentes do Senado e da Câmara nesta semana.

ADESÃO As centrais sindicais também se reuniram para manifestar apoio aos enfermeiros. Em nota assinada por CUT, Força Sindical, UGT, CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores) e CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros), as entidades pediram sensibilidade social ao STF.

TRATAMENTO "A lei foi aprovada no Congresso e sancionada parcialmente pela presidência da República e é resultado de amplo debate e fruto de um consenso da sociedade para a valorização de uma categoria profissional essencial, que esteve à frente do combate à pandemia", diz o documento.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência agosto

Autônomo a facultativo

Valor mín.	R\$ 1.212,00	20%	R\$ 242,40
Valor máx.	R\$ 7.087,22	20%	R\$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem receber sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recebe por conta própria vence em 15 set.

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R\$ 1.212	5%	R\$ 60,60
------------	-----------	----	-----------

Assalariado

Até R\$ 1.212,00	Alíquota
De R\$ 1.212,01 até R\$ 2.427,35	9%
De R\$ 2.427,36 até R\$ 3.641,03	12%
De R\$ 3.641,04 até R\$ 7.087,22	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 set. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição.

CANETA Fiesp e Ciesp assinaram a nota de apoio ao CBar (Comitê de Arbitragem) contra o projeto de lei que altera a mediação em processos judiciais. Outras 38 organizações, incluindo OAB, Amcham e institutos do direito endossam a posição. Em tramitação na Câmara, o texto limita a quantidade de processos em que um árbitro pode atuar ao mesmo tempo.

SEGREDO O texto também cria um dispositivo que obriga a Câmara de Arbitragem a publicar a composição dos tribunais arbitrais, o valor e o mérito da disputa. Assim que a mediação for encerrada, propõe o projeto, a íntegra da sentença deverá ser divulgada, e o processo só segue em sigilo se a parte der justificativa.

VITRINE A CBar afirma que sem essa confidencialidade, dados sigilosos de empresas podem ficar expostos, mas a deputada Margarete Coelho (PP-PI), autora do projeto, diz que é uma forma de criar jurisprudência dentro da arbitragem e dar transparência.

BOLSO A intenção de compra na Black Friday deste ano deve aparecer diferente da versão do ano passado, quando os consumidores aproveitaram os descontos da data para comprar mais itens como alimentos e produtos de higiene. Segundo pesquisa do Reclame Aqui, o interesse por bens de valor mais alto deve subir.

TOMADA Quando questionados sobre onde gostariam de ter mais descontos, os entrevistados apontam eletrodomésticos e eletroportáteis, linha branca e eletrônicos, que alcançam 73% da preferência.

PÍLULA Fabricantes de equipamentos e produtos hospitalares reuniram associações do setor para criar seu documento com as diretrizes para o próximo governo e levá-lo aos presidentiáveis. Assinado por Abimed (indústria de tecnologia para saúde), Abimo (dispositivos) e Abradi (importadores e distribuidores), o texto tem nove propostas.

HOSPITAL O setor pede redução de burocracias de registros e homologação no Inmetro e na Anvisa.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

R\$ 1.433,73	Valor, em R\$
Empregado	110,85
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 6 set. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,38% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% a 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS.



Operários instalam painéis solares no telhado do Sex Motel, em Boa Vista (RR) Fotos Lalo de Almeida/Folhapress

Energia na Amazônia

Economia com energia solar é novo concorrente do diesel em Roraima

Geração distribuída avança no estado, onde painéis fotovoltaicos estão ocupando telhados de comércios, órgãos públicos e residências

Alexa Salomão e Lalo de Almeida

BOA VISTA Os técnicos estavam no telhado do SexMotel, instalando os painéis fotovoltaicos, e o administrador, Silvio Neves de Almeida, explica. "A energia solar é uma questão de economia. Aqui se gasta muito com ar-condicionado, com máquina de lavar roupa para deixar os lençóis bem limpos. Nisso não tinha como mexer. Mas precisava baixar a conta de luz, que fica entre R\$ 8.000 e R\$ 9.000 por mês."

O uso da energia solar avança no mundo, mas seu crescimento em Roraima tem um significado particular. Nesse estado, 79% da energia vem de térmicas movidas a combustíveis fósseis, e as fontes limpas respondem por 21%. Essa proporção está na contramão do resto do Brasil, onde 80% da energia vem de fontes limpas (hídrica, eólica, solar e biomassa). Térmicas com diesel, gás e carvão são 6% da matriz nacional.

"Cada sistema solar instalado pelo consumidor em Roraima é um custo evitado na compra da energia gerada por fontes fósseis, como diesel", diz Conceição Escobar, presidente da ABEE-RR (Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas de Roraima), que participa dos movimentos em favor de energias sustentáveis no estado.

Esse descolamento ocorre porque Roraima não tem ligação elétrica com as demais partes do Brasil. Boa Vista é a única capital desconectada.

Há inúmeras versões sobre a dificuldade de construir uma linha de transmissão conectando o sul do estado ao siste-

ma nacional. Por quase duas décadas, o abastecimento foi feito com energia da Venezuela, pela linha de transmissão de Guri-Macáguá, ao norte. No entanto, o fornecimento foi suspenso em março de 2019, quando Roraima passou a depender apenas de térmicas. A geração é feita com diesel e, mais recentemente, gás. Os altos custos financeiros e ambientais são compartilhados com todos os brasileiros.

Em 1973, foi criada, juntamente com essa função, a CCC (Conta de Consumo de Combustível). Ela angaria contribuições de todos os brasileiros para o pagamento. A cobrança é feita na conta de luz, principalmente dos moradores de Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Em outras palavras, os brasileiros subsidiavam a energia de Roraima e demais estados com áreas isoladas (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Pernambuco e Rondônia).

O sistema elétrico nacional avançou, o mundo migra para energias limpas, mas a conta de combustível do sistema isolado no Brasil segue alta. Neste ano, são R\$ 12 bilhões previstos, o equivalente a 37% de todos os subsídios repassados à conta de luz.

A maior fatia vai para o estado do Amazonas, 76%. Roraima é o segundo na lista, com previsão de receber 10% no ano. Em julho, porém, 15% dos recursos da CCC foram para o estado.

Justamente por causa do subsídio, a tarifa de energia de Roraima está entre as quatro mais baratas do Brasil, numa comparação com os 26 estados e o Distrito Federal. No entanto, o gasto dos moradores com energia é pesado, por questões locais.

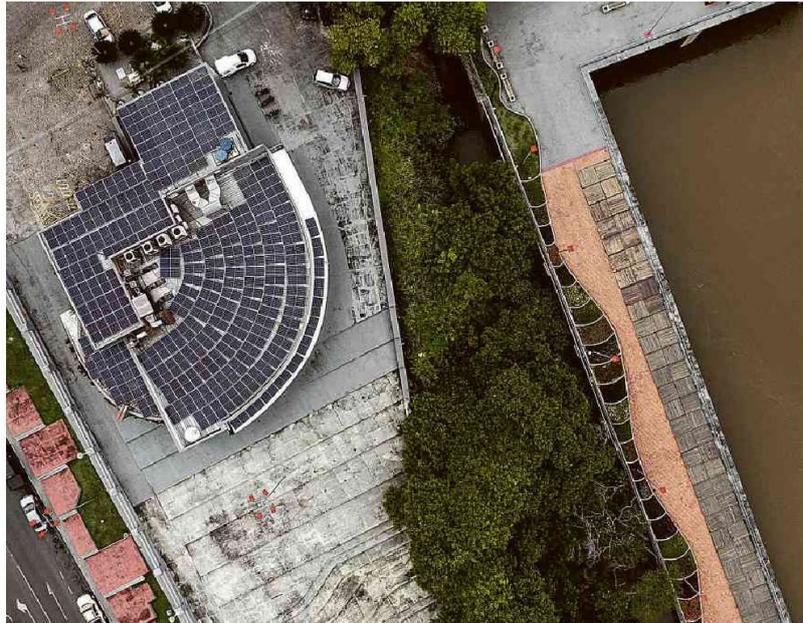
"O ar-condicionado é o principal problema, porque precisa ficar ligado praticamente o tempo todo", explica Norry Rabelo, sócio da Donzou, uma das mais antigas empresas de instalação de usinas solares. A conta de luz de uma casa de classe média pode oscilar de R\$ 800 a R\$ 1.000, por causa da refrigeração.

A questão da economia na conta é tão premente que são raros os projetos com bateria para que o consumidor possa usar a sua produção durante a noite.

Continua na pág. A16

ENTENDA A SÉRIE

A Folha encerra aqui uma série de três reportagens especiais sobre os desafios de levar energia sustentável aos moradores da Amazônia. Ao todo, o Brasil ainda tem 1 milhão de pessoas desconectadas da rede de transmissão de energia elétrica. As realidades do Xingu (MT), da Ilha de Marajó (PA) e de Boa Vista são retratadas na série. O projeto foi produzido com o apoio da Rede Energia e Comunidades.



Placas fotovoltaicas sobre um restaurante na capital de Roraima

Energia solar em áreas isoladas - Boa Vista (RR)

É a única capital brasileira sem ligação com o sistema nacional de energia. Recentemente, a adoção de sistemas solares, especialmente para a geração distribuída, ganhou impulso

Continua na pág. A17

Após o pôr do sol, a energia é integralmente ofertada pela distribuidora local.

Há três razões que motivam um investimento em geração solar, aponta pesquisa da Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica).

A primeira é o bolso — o investidor busca economia com a conta de luz. A segunda é a autonomia, pois ter uma mini-usina solar permite gerenciar gastos. A preocupação com o meio ambiente, para a redução de gases de efeito estufa, é o terceiro fator.

Nos últimos dez anos, o preço médio dos equipamentos de geração solar caiu 86%. Segundo Rabelo, essa redução foi essencial para impulsionar as vendas nos últimos dois anos em Boa Vista.

"No começo, eram apenas as residências que compravam os sistemas. Agora, há mais casas, mas também as empresas estão entrando."

O Gavião, por exemplo, que é uma das maiores redes de supermercado da cidade, instalou um sistema com quase 2.000 painéis no teto de sua maior loja.

Há ainda um movimento forte no setor público. Em julho, o Tribunal de Justiça do estado inaugurou sua primeira usina fotovoltaica, instalada em prédio da Corte no município de Mucujai, mas a geração também vai contribuir para a economia da sede em Boa Vista. Pelo projeto, serão poupados R\$ 2 milhões por ano.

A Justiça vai construir outras seis usinas. "Todos os prédios administrativos, de todas as comarcas, vão contribuir para a transição energética", disse o desembargador Cristóvão Suter, presidente do TJ-RR.

Também está sendo implantada uma usina na UFRR (Universidade Federal de Roraima), com 1.116 painéis fotovoltaicos numa superfície de 2.300 m². No campus, porém, além da redução de gastos, a discussão sobre energia tem contornos acadêmicos.

Segundo Josiane Rodrigues, professora do curso de engenharia elétrica, é possível aproveitar os equipamentos para que docentes e alunos possam pesquisar a produção fotovoltaica numa região equatorial.

No ano passado, o campus instalou um pequeno sistema e já iniciou algumas investigações. Um dos trabalhos foi dedicado ao sensor de radiação, equipamento que monitora a capacidade de o sol queimar as placas. No merca-

do, ele costuma custar cerca de R\$ 2.500. Alguns chegam a R\$ 10 mil. Mas os alunos Igor Aguiar, 22, e Lucas Sousa, 21, desenvolveram no trabalho de conclusão de curso as bases para um sensor que poderá custar R\$ 500.

O organismo mais atuante no estado, porém, é a Prefeitura de Boa Vista, que espalhou sistema solares pela cidade. Além de uma usina na periferia da capital, há equipamentos de geração no Terminal de Ônibus Luiz Canuto Chaves, no Mercado Municipal São Francisco, no Teatro Municipal, bem como no Palácio 9 de Julho, sede da prefeitura, e na Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Meio Ambiente.

A administração da cidade chegou a instalar mini-usinas em 74 abrigos de ônibus para fazer a climatização. As placas, no entanto, começaram a ser roubadas e tiveram de ser retiradas. Foram realocadas na cobertura do estacionamento da secretaria de Meio Ambiente.

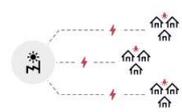
Segundo Daniel Peixoto, secretário da pasta, os projetos de energia solar geram para a prefeitura créditos suficientes para fazer uma economia R\$ 5 milhões por ano. Essa conduta do poder público, afirma, também serve de exemplo para os cidadãos da capital.

"Muitos particulares adotaram a energia solar por causa dos projetos da prefeitura", diz Peixoto.

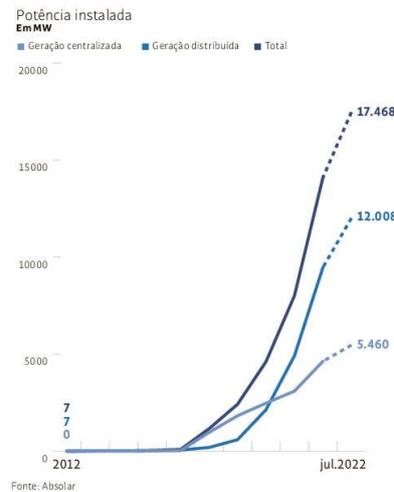
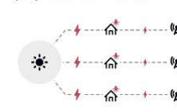
Crescimento da energia solar no Brasil

A oferta de energia solar avança rapidamente, tanto no segmento de GD, quanto na GC.

GC (Geração Centralizada)
Produzida por grandes usinas



GD (Geração Distribuída)
Ofertada por sistemas dos próprios consumidores



Fonte: Absolar

A geração solar em Roraima também ganhou impulso a partir de um trabalho de convencimento liderado pelo Fórum das Energias Renováveis e por um dos seus idealizadores, o engenheiro Alexandre Henklain, ex-secretário de Planejamento e Desenvolvimento do estado.

Entusiasta da necessidade de acelerar a transição energética, Henklain disseminou informações sobre as vantagens das energias limpas.

"Ele instalou um sistema em casa e experimentava os benefícios como usuário, mas, como engenheiro, usava para coletar dados", diz Marcelo Henklain Oliveira, professor de ciência da computação na UFRR e filho de Alexandre, que morreu em abril.

Apesar de toda essa mobilização, a energia solar representa por enquanto apenas 1% da matriz em Roraima.

Segundo Rodrigo Saaia, presidente da Absolar, Roraima poderia ampliar o uso de energia limpa em velocidade maior se a política pública federal deixasse de privilegiar os combustíveis fósseis.

"A região amazônica, pelo volume de nebulosidade, tem menos potencial que o Nordeste, mas ainda assim muito acima da média de outros países que investem pesado em energia limpa", diz ele.

Saaia, no entanto, lembra que, no mais recente leilão de energia que afetaria a matriz do estado, ocorreu aumento do uso de gás, quando havia espaço para ampliar a participação de fontes renováveis.

"Por emitir menos que o diesel, por exemplo, o gás está sendo promovido a combustível da transição em países que dependem de térmicas, mas esse argumento não fica em pé no Brasil, cuja matriz é limpa e mais barata", diz.

"Não faz sentido ambiental e financeiro para o Brasil privilegiar o gás, isso é poluir mais na nossa transição e elevar o custo, pois as novas tecnologias de fontes mais limpas também custam menos."

A expectativa é que o debate no Brasil consiga seguir o caminho de outros países, como a Austrália, um dos maiores exportadores de carvão mineral do mundo, diz Saaia.

A pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias avançaram rapidamente por lá, mas a oferta de produtos ao consumidor foi lenta por força de lobbies que limitavam a política governamental. Superada a resistência, a Austrália se tornou exemplo. Atualmente, tem cada 5 casas produz energia solar.



21,6 MW é a potência instalada no estado

97% na capital

727 sistemas solares de geração distribuída foram implantados

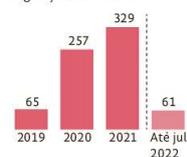
88% na capital

1.367 unidades consumidoras recebem créditos da energia solar distribuída

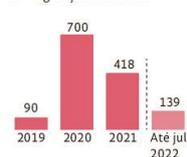
96% na capital

12 municípios têm ao menos um sistema de energia solar distribuída

Evolução anual dos sistemas de energia solar em Roraima



Novas unidades consumidoras com a geração distribuída



Fontes: Absolar e Aneel



Usina de Energia Solar de Boa Vista, na periferia da cidade, a única capital do país fora do sistema nacional de energia; Roraima vê avanço do modelo de geração distribuída